

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das operações (conforme demonstrado abaixo)	15.850	-
De terceiros:		
Empréstimos de parte relacionada e controladora	13.764	46.348
Impostos a recolher - longo prazo	3.469	-
Recebimento de empréstimos a partes relacionadas	2.560	1.611
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	4.387
Total das origens de recursos	35.643	52.346
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
Nas operações (conforme demonstrado abaixo)	-	5.175
No ativo imobilizado	10.483	31.131
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	-	31.974
Aumento de impostos a recuperar - longo prazo	2.745	10.692
Aumento em depósitos judiciais	2.393	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	678
Reversão de reserva de incentivo fiscal	1.351	-
Total das aplicações de recursos	16.972	79.650
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	18.671	(27.304)
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
ATIVO CIRCULANTE:		
No fim do exercício	67.493	68.715
No início do exercício	68.715	50.687
	(1.222)	18.028
PASSIVO CIRCULANTE:		
No fim do exercício	65.897	85.790
No início do exercício	85.790	40.458
	(19.893)	45.332
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	18.671	(27.304)
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES		
Prejuízo do exercício	(3.863)	(21.391)
Despesas que não afetam o capital circulante:		
Depreciação, amortização e exaustão	28.314	28.871
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investida	26.156	(848)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(615)	(18)
Varição cambial e juros do realizável/exigível a longo prazo	(34.142)	(11.789)
Total de recursos provenientes das (aplicados nas) operações	15.850	(5.175)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pará Pigmentos S.A. ("Companhia" ou "PPSA") teve origem em 1992 sob a denominação de Rio Capim Química Ltda., posteriormente alterada para Pará Pigmentos S.A. conforme Assembléia Geral Extraordinária de 4 de agosto de 1994. Em 22 de dezembro de 2004, foi efetivada a transferência do controle societário da Pará Pigmentos para empresa controlada indiretamente pela Companhia Vale do Rio Doce. A Companhia tem como objeto social a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional, compreendendo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a industrialização, o transporte e a comercialização de produtos minerais no mercado doméstico e no exterior. Dedicar-se presentemente à exploração das reservas de caulim "Century" situadas na região do Rio Capim, Município de Ipixuna do Pará, Estado do Pará. A Companhia detém o controle integral da PPSA Overseas Ltd., sociedade estabelecida em Bermuda, que atua na comercialização dos produtos da Companhia junto aos clientes no exterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC - emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

(a) Apuração do resultado

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da transferência da propriedade ao comprador. As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridas e/ou realizadas. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais apurados com base em índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

As contas a receber denominadas em moeda estrangeira, oriundas de exportações, são atualizadas pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída

por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Os demais ativos são apresentados aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

(c) Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Participação na subsidiária integral PPSA Overseas Ltd., avaliada pelo método de equivalência patrimonial; os ganhos ou perdas cambiais desse investimento no exterior estão apresentados, também, como resultado de equivalência patrimonial. A Companhia mantém provisão para perda nesse investimento no montante de R\$ 40.838 (2006 - R\$ 14.682), de forma a refletir sua responsabilidade sobre o passivo a descoberto de sua controlada, classificada no passivo não circulante. As demonstrações financeiras da subsidiária integral foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

• Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7, que levam em consideração a vida útil dos bens.

• Amortização do diferido pelo prazo de dez anos, iniciada em agosto de 1996, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados em conformidade com a legislação vigente e, no caso do imposto de renda, o passivo é registrado líquido da parcela de incentivo fiscal regional (SUDAM), a qual é reconhecida como reserva específica no patrimônio líquido.

(f) Operações em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira consiste na conversão em moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data do encerramento do exercício - US\$ 1,00 = R\$

1,7713 para 31 de dezembro de 2007 (2006 - US\$ 1,00 = R\$ 2,1380).

(g) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

(h) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações existentes na data dos balanços.

3. ESTOQUES

	2007	2006
Produtos acabados	7.973	4.579
Produtos em processo	-	2.495
Materiais de manutenção, consumo e peças para reposição	14.026	10.161
Importações em andamento	3.307	4.446
	25.306	21.681

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia concluiu a conciliação dos valores registrados na rubrica "importações em andamento" e, como resultado deste procedimento, foram identificados certos valores relativos a exercícios anteriores que deveriam ser ajustados ao saldo da referida rubrica, no montante de R\$ 1.012. A Administração da Companhia decidiu registrar o referido montante, líquido de imposto de renda e contribuição social, a débito de prejuízos acumulados, por tratar-se de eventos relativos a exercícios passados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía registrado na rubrica "Produto em processo" o saldo de R\$ 2.495, referente a minério adquirido de terceiros naquele exercício.

4. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
a) Impostos a recuperar

	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE:		
ICMS a recuperar	454	127
Imposto de renda retido na fonte	1	147
Imposto de renda e contribuição social - antecipações	9.359	2.456
COFINS a recuperar	96	2.589
PIS a recuperar	21	2.469
Outros	383	10
	10.314	7.798
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:		
ICMS a recuperar	36.351	28.861
Provisão para perda com créditos de ICMS	(28.392)	(28.861)
COFINS a recuperar	3.483	10.242
PIS a recuperar	1.713	436
Outros	282	14
	13.437	10.692

Em 3 de julho de 2007, foi publicado o Decreto Lei nº 261 alterando o regulamento do ICMS no Estado do Pará, o que resultou em modificações que passaram a possibilitar que a Companhia realize o saldo de ICMS a recuperar, que anteriormente vinha sendo integralmente provisionado para perda. A intenção da Administração da Companhia é que a maior parte dos créditos acumulados de ICMS seja realizada através de transferência para terceiros, principalmente fornecedores de matérias primas estabelecidos no Estado do Pará. O saldo de ICMS a recuperar em 31 de dezembro de 2007, líquido da provisão para perdas, no montante de R\$ 7.959, reflete a parcela de créditos de ICMS que se encontra em negociação com terceiros, tanto para o pagamento de parte das compras de insumos quanto para a venda de créditos.

Com relação à realização dos créditos de PIS e COFINS a recuperar, a Administração da Companhia, baseada em suas projeções de resultado, acredita que serão gerados débitos de impostos federais em montante suficiente para recuperar os créditos atualmente acumulados, sobretudo, imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a segregação entre curto e longo prazo considera os prazos de realização previstos nas referidas projeções.

b) Impostos e contribuições a recolher

	2007	2006
Imposto de renda	2.326	2.244
Contribuição social	1.933	2.127
Outros	927	1.102
Total do circulante	5.186	5.473
Impostos a homologar	4.234	765
Total do não circulante	4.234	765

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 os saldos de impostos a homologar são constituídos de créditos presumidos de IPI já compensados com outros tributos federais. Devido ao fato da Receita Federal do Brasil não ter emitido, até o momento, a homologação final destes créditos, a Companhia mantém registrado provisão no passivo para os créditos ainda não homologados.